



# BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S.A.

Av. Princesa Isabel, 54 - Vitória-ES - CEP 29010.906

CNPJ 28.145.829/0001-00

## RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

O Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A. – BANDES, em observância aos preceitos legais, em especial aos dispositivos baixados pelo Banco Central do Brasil, submete à apreciação este Relatório da Administração referente ao ano de 2016, acompanhado das Demonstrações Contábeis e do Relatório dos Auditores Independentes, no qual são destacadas as ações e comentários seguintes:

### 1. A EMPRESA

O BANDES é uma empresa de economia mista, vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento, sendo o Governo do Estado seu acionista majoritário. Com a missão social de fomentar o desenvolvimento sustentável do Espírito Santo, viabilizando investimentos através de soluções financeiras e estratégicas para gerar emprego, renda e competitividade da economia, o Banco opera em três vertentes: agente financeiro de investimentos privados e públicos; agente articulador de interesses empresariais, setoriais e regionais; e agente promotor da competitividade econômica e inovação.

Mesmo em uma ambiência de crise política e econômica, de forma ousada, o BANDES escolheu duas estratégias empresariais para nortear seus caminhos e alcançar sustentabilidade econômica-financeira e legitimação social. No primeiro caso, a estratégia de excelência operacional, o foco é implantar melhorias que busquem desburocratização, redução do prazo de atendimento e ganhos de escala. Já a estratégia de intimidade com o cliente é o grande desafio tanto em termos de novos processos de atendimento quanto em termos de novos produtos a serem oferecidos ao empreendedor capixaba.

O seu Plano Estratégico 2017-2021, denominado "Bandes Rumo à Excelência", contempla intensamente o amadurecimento das práticas de gestão, tendo como base o Modelo de Excelência da Gestão, da Fundação Nacional da Qualidade e o Balanced Score Card (BSC), e está composto por um Mapa Estratégico e um painel de bordo, em que os objetivos estratégicos, indicadores de desempenho e projetos estruturantes são insumos para o seu gerenciamento intensivo.

Também merece destaque o trabalho desenvolvido em parceria com a Fundação Dom Cabral, cujo objetivo foi a capacitação de colaboradores visando a estruturação de plano de reposicionamento estratégico e melhoria do modelo de gestão do BANDES, que teve como resultado o desenvolvimento de Projetos Estruturantes nas diversas áreas de atuação do banco, a saber: E-Bandes, Sustentabilidade Econômico-Financeira, Pessoas (Competências), Novas Soluções Financeiras, Novas Fontes, Imagem e Bandes Export.

Tais fatos e ações resultaram no fortalecimento da instituição, enquanto já estruturada para apoio aos setores tradicionais, como indústria, comércio, serviços, agricultura, microcrédito, novos setores como a economia verde, a economia criativa, a inovação e o apoio a cadeias produtivas, possibilitando, ainda, diversificação de sua atuação, no momento em que se capacita para atuar como operador de PPP's – Parcerias Público-Privadas e já opera com Fundo de Investimentos e Participações – FIP's, dado que somos cotistas do CRIATEC 3 (fundo de investimento nascido de iniciativa do BNDES e gerido pela INSEED).

### 2. PERSPECTIVA DE MERCADO E SOCIEDADE

#### Desenvolvimento do Espírito Santo

Em 2016 o BANDES, alinhado com os objetivos e as políticas estabelecidas pelo governo do Estado do Espírito Santo em seu Plano Estratégico 2015-2018, manteve o processo de reposicionamento de sua atuação, reafirmando as premissas definidas em suas "Políticas Operacionais 2015-2018", aquelas que dizem respeito à promoção do desenvolvimento sustentável em suas três dimensões: econômica, social e ambiental.

Neste contexto, atuou fortemente na consolidação de Programas, entre outros:

- **Nossocrédito:** em 2016, aprovou próximos a 9,2 mil operações, liberando recursos da ordem de R\$ 64,0 milhões. Em sua história, este Programa já possibilitou a criação de 140 mil postos de trabalho, diretos e/ou indiretos, aproximadamente.
- **Mais Comunidades:** criado em 2016 com objetivo de atender jovens de comunidades inseridos no Programa Ocupação Social, visando a inclusão econômica e social, com financiamento de microcrédito produtivo e orientado. Atua em parceria com a SEDH – Secretaria Estadual de Direitos Humanos.
- **Diversificação Agrícola:** objetivo é apresentar alternativas de diversificação das atividades produtivas para agricultores capixabas. Atua em parceria com SEAG – Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca, INCAPER – Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural, IDAF – Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal e SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

### Otimiza BANDES

Considerando o cenário macroeconômico desfavorável, os impactos da crise hídrica nos financiamentos do BANDES e as diretrizes para regulamentação dos gastos públicos do Governo Estadual, a Diretoria do BANDES, como uma das medidas de gestão implantadas em 2016, deliberou pela criação de um grupo de trabalho, intitulado "Otimiza BANDES". Instituído em setembro de 2016, seu objetivo tem sido estudar a estrutura de resultado através da análise, proposição e acompanhamento da implantação de ações focadas na otimização do resultado de curto, médio e longo prazo.

Desde sua criação, o grupo de trabalho tem direcionado esforços no mapeamento de oportunidades cujas implantações, no que se referem às de cunho quantitativos, tem apresentado ganhos financeiros gerados por renegociações contratuais e campanhas direcionadas ao uso consciente dos recursos disponíveis. Após a conclusão dos trabalhos, previsto para o primeiro semestre de 2017, o grupo de trabalho espera deixar, como legado, uma cultura de custos mais enxuta e sustentável.

### Promoção do Desenvolvimento em Números

Em 2016, o BANDES aprovou 3.082 operações de crédito, representando um valor de investimentos da ordem de R\$ 178,7 milhões, sendo R\$ 14,3 milhões de recursos com risco BANDES e R\$ 7,8 milhões de recursos próprios do grupo beneficiado. O total de liberações no ano, para operações de crédito, foi de R\$ 170,5 milhões. A atuação do BANDES contribuiu para a geração de 9,5 mil empregos diretos e indiretos, aproximadamente. Com esse resultado, o Saldo da Carteira de Crédito (SOC) do BANDES fechou o ano em R\$ 1.087,2 milhões, com 29.583 contratos.

### A Interiorização como Vetor do Desenvolvimento

A distribuição espacial dos investimentos aprovados registra o domínio do apoio aos empreendimentos localizados na região interiorana: foram 2.976 operações aprovadas para clientes localizados no interior do estado e 106 operações na região da Grande Vitória. Em termos de valor, foram R\$ 153,9 milhões para o interior, ou 86,0% do valor aprovado, e R\$ 24,7 milhões para a Grande Vitória. Setorialmente, destaque para as aprovações destinadas ao setor agropecuário, onde foram aprovadas 1.885 operações com R\$ 107,6 milhões liberados, grande parte resultado do apoio à agricultura familiar através do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

### Atendimento a MPes e Empreendedores

Em 2016 houve a aprovação de 3.060 operações para pessoas físicas, micro e pequenas empresas, no valor total de R\$ 144,6 milhões, deste montante, R\$ 94,5 milhões foram destinados a famílias de agricultores via PRONAF, com 1.885 operações. Para as médias e grandes empresas foram 22 operações, no valor total de R\$ 34,1 milhões. O valor médio das operações, ao longo do ano de 2016, foi de R\$ 58 mil, resultado da prevalência do apoio à micro e pequenos empreendedores.

### Reflorestar

Programa do governo estadual com forte apelo ambiental e com o objetivo de promover a restauração do ciclo hidrológico por meio da conservação e recuperação da cobertura florestal, com geração de oportunidades e renda para o produtor rural, estimulando a adoção de práticas de uso sustentável dos solos. Fato importante para o BANDES e produtores rurais ocorreu com a autorização do Governo Estadual, através do Decreto 10.583/2016, para que atue como Gestor Financeiro na operacionalização do PSA – Pagamento por Serviços Ambientais. Com a parceria da SEAMA/IEMA o BANDES recebeu recursos da ordem de R\$ 30 milhões e já foram contemplados 617 produtores nos meses de novembro e dezembro.

### Ampliação dos investimentos produtivos - INVEST-ES

Entre os programas conduzidos pelo BANDES, vale destacar a atuação do Programa de Incentivo ao Investimento no Estado do Espírito Santo - INVEST-ES, no qual o BANDES é agente técnico e secretaria executiva. O INVEST-ES é um programa de incentivos fiscais a novos investimentos que concorram para a renovação tecnológica e o aumento da competitividade das empresas instaladas no Espírito Santo. Em 2016, foram enquadrados 16, representando investimentos da ordem de R\$ 1,1 bilhão e geração de 753 empregos diretos. Destaque também para a emissão de 21 laudos de constatação de investimentos em 09 municípios do Estado.

### Diferencial competitivo por meio de Fundos de fomento exclusivos

Como parte de sua missão, merece destaque a atuação do BANDES enquanto gestor de fundos de fomento, diferencial competitivo e instrumento para realização de políticas públicas relevantes para os empreendedores capixabas. Especificamente com respeito ao Fundo para o Desenvolvimento das Atividades Portuárias – FUNDAP, as liberações realizadas em 2016 foram da ordem de R\$ 422,5 milhões. Desse valor, R\$ 387,0 milhões foi resultante das operações de financiamento originadas nas atividades de comércio exterior (FUNDAP – Financiamento).

### Promoção Institucional e Responsabilidade Social

O investimento do BANDES em patrocínio institucional e promocial, em parceria com os atores sociais representativos da economia capixaba, tem oportunizado dar visibilidade para posicionamento da marca e da imagem do Banco, por meio de ações de marketing e participação em eventos, que possibilitam a articulação em diversos fóruns no Estado.

### 3. PERSPECTIVA FINANCEIRA

Em 2016 o BANDES registrou lucro líquido de R\$ 2,56 milhões, resultado do cumprimento de sua missão de financiar investimentos produtivos e do esforço na renegociação e recuperação de passivos. O Patrimônio Líquido alcançou em dezembro R\$ 423,1 milhões, crescimento de 20,5% em relação ao ano anterior, quando o Patrimônio era de R\$ 351,2 milhões. Parte deste valor foi oriundo de aporte de recursos por parte do Governo do Estado, acionista majoritário, via Juros Sobre Capital Próprio – JSCP e do Fundapsocial. O governo estadual, apostando no fortalecimento do Banco, integralizou mais de R\$ 153 milhões no seu capital social em 2016.

### Crise Hídrica e Renegociação de Dívidas Rurais

Desde o ano de 2014, o estado do Espírito Santo sofre com forte estiagem, sendo esta a mais severa dos últimos 60 anos. Tal situação fez com que praticamente todos os setores do agronegócio capixaba sofresse perdas. No BANDES, o resultado desta crise hídrica foi sentido primeiro na inadimplência financeira e em seguida pela alta expressiva da suspensão de pagamentos de parcelas vincendas, elevando significativamente a Provisão de Crédito de Liquidação Duvidosa - PCLD. De forma a reverter esta situação, foram iniciados procedimentos para renegociação para apoiar as famílias dos agricultores capixabas, tendo atingido no final de 2016 a 2.102 contratos rurais renegociados, representando um montante de valores em torno de R\$ 15,1 milhões. Isso permitiu que a inadimplência do Banco encerra-se em 2016 a uma taxa de 6,42% (90 dias da carteira total). Em 2017 esse trabalho deverá ser intensificado.

### Qualidade da Carteira

Mesmo com os desafios impostos pelo atual momento econômico, o BANDES conseguiu manter bons níveis de qualidade da sua carteira de crédito. Do total de R\$ 1,08 bilhão que compõem a carteira de crédito do banco, 89,7% possuem classificação de risco AA, A, B ou C. A inadimplência acima de 60 dias é de 8,11% e superior a 90 dias, 6,42%. Em 2016 houve a recuperação de R\$ 19,2 milhões de crédito anteriormente inscritos em prejuízo.

### 4. FORTALECIMENTO DA LEGITIMIDADE DO BANDES

Alinhado com as diretrizes do Governo Estadual, definidas em seu Plano Estratégico 2015-2018, o BANDES assinou Termo de Cooperação Técnica com o BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento, com o objetivo de estruturar estratégia de financiamento para apoiar investimentos privados em eficiência energética.

Diante da redução das receitas do FUNDAP, o BANDES buscou novas soluções financeiras, visando sua sustentabilidade financeira. Neste contexto, iniciou estudos e articulações para que mantivesse sua capacidade de apoiar o desenvolvimento capixaba.

Neste cenário, estreitou parceria com o BNDES, credenciando-se a atuar com o microcrédito, tendo como limite inicial de R\$ 5,0 milhões e com o BNB – Banco do Nordeste do Brasil, para atuar como repassador de recursos do FNE – Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, com limite disponibilizado de R\$ 12,5 milhões, inicialmente. Também passou a atuar como agente operador do FUNSAF – Fundo Social de Apoio à Agricultura Familiar e do FUNDÁGUA – Fundo Estadual de Recursos Hídricos, através do Programa REFLORESTAR. Com estas ações, houve incremento de R\$ 25,1 milhões de recursos liberados.

### Gestão de Riscos e Controles Internos

Em 2016, as ações de gerenciamento de riscos e controles internos estiveram voltadas, principalmente, para a elaboração e desenvolvimento das diretrizes, parâmetros e procedimentos do Sistema de Administração de Riscos Ambientais e Sociais (SARAS), como parte da estrutura de gerenciamento do risco socioambiental, para a revisão/atualização do Código de Ética da Instituição, bem como para o aprimoramento das ferramentas de estimativa e acompanhamento da inadimplência e das perdas associadas ao risco de crédito.

### 5. PERSPECTIVA DAS PESSOAS

O Banco encerrou o ano com 195 colaboradores, 95% destes com formação superior completa, dos quais 35% com pós-graduação. Sob o ponto de vista da gestão de pessoas, o BANDES continua realizando ações focadas no desenvolvimento técnico, estratégico e comportamental, bem como na qualidade de vida de seus colaboradores.

Em relação à Gestão de Desempenho, o ano foi dedicado ao aperfeiçoamento e ajustes no modelo, e a nova proposta foi construída com a participação de todo o corpo gerencial, para ser aplicado em 2017. Quanto ao objetivo de desenvolver as pessoas nas com-



# BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S.A.

Av. Princesa Isabel, 54 - Vitória-ES - CEP 29010.906

CNPJ 28.145.829/0001-00

petências organizacionais foi realizada uma revisão do Plano Estratégico do BANDES com o apoio da Fundação Dom Cabral e foram estabelecidas novas competências organizacionais e individuais. O programa de qualidade de vida no trabalho "BANDES Viva Bem" promoveu diversas ações de incentivo à integração, de atividade física e de prevenção de doenças.

Em novembro de 2016 foi lançado o Programa de Desligamento Voluntário - PDV, com o objetivo de reduzir o valor de despesas administrativas relacionadas à pessoal em torno de 17%, principalmente de colaboradores com vínculo de trabalho com o BANDES superior a 30 (trinta) anos para mulheres e 35 (trinta e cinco) anos para homens, observando regras definidas pela Diretoria Executiva do Bandes e aprovadas por seu Conselho de Administração.

## BANDES: PRINCIPAIS INDICADORES DE DESEMPENHO – 2015 / 2016

INDICADORES	2015	2016	Variação %
<b>A – OPERACIONAIS</b>			
1. Número de Operações Aprovadas .....	2.104	3.082	46,48
Micro e Pequenas.....	2.095	3.060	46,06
Médias e Grandes .....	9	22	144,44
2. Investimento Total Aprovado (R\$ mil) .....	113.580	178.740	57,37
Setor Primário .....	79.362	107.590	35,57
Setor Secundário.....	14.594	23.445	60,65
Setor Terciário.....	19.624	47.706	143,10
3. Liberação de Operações de Crédito (R\$ mil).....	110.194	170.557	54,78
4. Liberação de Apoios Financeiros de Fundos (R\$ mil).....	564.735	427.721	(24,26)
Fundap Financiamento (R\$ mil) .....	502.425	386.987	(22,98)
Outros (R\$ mil) .....	63.310	40.734	(35,66)
5. Saldo de Operações de Crédito (R\$ mil) .....	1.052.609	1.087.208	3,29
6. Nº de Contratos Ativos .....	29.554	29.583	0,10
<b>B – FINANCEIROS</b>			
1. Lucro Líquido (R\$ mil) .....	8.514	2.563	(69,90)
2. Patrimônio Líquido (R\$ mil).....	351.216	423.106	20,47
3. Rentabilidade do PL (%).....	2,42	0,61	(74,79)
4. Índice de Eficiência (%).....	76,34	91,53	19,90
5. Índice de Inadimplência (Atraso a partir de 90 dias/Saldo da Carteira) (%)...	4,13	6,42	55,45

## NOTAS

Os números apresentados são resultantes de um trabalho articulado com as demais instituições públicas do Estado, com terceiros, parceiros institucionais e de negócios, bastante representativos da coesão governo-sociedade, elemento fundamental para que o desenvolvimento sustentável, uma construção coletiva, aconteça.

Por fim e em atenção às disposições do Artigo 8º da Circular 3.068, de 08.11.2001, do Banco Central do Brasil, o BANDES declara possuir capacidade financeira e intenção de manter, até o vencimento, os títulos classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento".

Vitória-ES, 21 de março de 2017.

**Conselho de Administração e  
Diretoria Executiva**

## BALANÇO PATRIMONIAL - Em Reais mil

ATIVO	2016	2015
<b>CIRCULANTE</b> .....	<b>530.393</b>	<b>621.129</b>
<b>DISPONIBILIDADES</b> (Nota 4) .....	<b>288</b>	<b>476</b>
<b>APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ</b> .....	<b>284.050</b>	<b>325.866</b>
Aplicações no Mercado Aberto .....	67.297	140.406
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Notas 3.d e 5) .....	216.753	185.460
<b>TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTR. FINANC.</b>		
<b>DERIVATIVOS</b> (Notas 3.e e 7) .....	<b>11.352</b>	<b>25.940</b>
Carteira Própria .....	11.352	25.940
<b>RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS</b> (Nota 6).....	<b>2.368</b>	<b>14.283</b>
Repasses Interfinanceiros .....	2.368	14.283
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b> (Notas 3.f e 8) .....	<b>205.409</b>	<b>236.784</b>
Operações de Crédito .....	218.795	249.939
- Setor Público .....	8.796	6.459
- Setor Privado .....	209.999	243.480
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa) (Nota 8.f).....	(13.386)	(13.155)
<b>OUTROS CRÉDITOS</b> (Nota 9).....	<b>14.312</b>	<b>7.162</b>
Rendas a Receber .....	3.180	-
Créditos Específicos.....	205	205
Diversos .....	12.426	8.453
(Provisões para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa).....	(1.499)	(1.496)
<b>OUTROS VALORES E BENS</b> .....	<b>12.614</b>	<b>10.618</b>
Outros Valores e Bens (Nota 10.a) .....	14.208	11.982
(Provisão para Desvalorizações) .....	(1.690)	(1.730)
Despesas Antecipadas (Notas 3.g e 10.b) .....	96	366
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b> .....	<b>996.893</b>	<b>862.779</b>
<b>TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTR. FINANC.</b>		
<b>DERIVATIVOS</b> (Notas 3.e e 7) .....	<b>146.068</b>	<b>42.998</b>
Carteira Própria .....	146.068	42.998
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b> (Notas 3.f e 8) .....	<b>811.747</b>	<b>762.312</b>
Operações de Crédito .....	864.772	798.983
- Setor Público .....	55.184	57.157
- Setor Privado .....	809.588	741.826
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa) (Nota 8.f).....	(53.025)	(36.671)
<b>OUTROS CRÉDITOS</b> (Nota 9).....	<b>39.048</b>	<b>57.467</b>
Rendas a Receber .....	-	19.815
Diversos .....	39.127	37.722
(Provisões para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa).....	(79)	(70)
<b>OUTROS VALORES E BENS</b> .....	<b>30</b>	<b>2</b>
Despesas Antecipadas (Notas 3.g e 10.b) .....	30	2
<b>PERMANENTE</b> .....	<b>12.573</b>	<b>16.842</b>
<b>INVESTIMENTOS</b> (Nota 11).....	<b>3.042</b>	<b>3.042</b>
Outros Investimentos .....	3.079	3.079
(Provisões para Perdas) .....	(37)	(37)
<b>IMOBILIZADO DE USO</b> (Nota 12) .....	<b>2.593</b>	<b>3.261</b>
Imóveis de Uso.....	4.042	4.042
Outras Imobilizações de Uso .....	10.527	10.274
(Depreciações Acumuladas) .....	(11.976)	(11.055)
<b>INTANGÍVEL</b> (Notas 3.h.3 e 13).....	<b>6.938</b>	<b>10.539</b>
Ativos Intangíveis .....	29.554	28.809
(Amortizações Acumuladas) .....	(22.616)	(18.270)
<b>TOTAL DO ATIVO</b> .....	<b>1.539.859</b>	<b>1.500.750</b>

PASSIVO	2016	2015
<b>CIRCULANTE</b> .....	<b>337.718</b>	<b>375.503</b>
<b>DEPÓSITOS</b> (Nota 14).....	<b>22.212</b>	<b>27.111</b>
Depósitos à Vista .....	10.847	16.576
Depósitos a Prazo.....	11.365	10.535
<b>OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS</b> (Nota 15) .....	<b>199.434</b>	<b>182.295</b>
BNDES.....	175.695	167.982
FINEP .....	553	-
Outras Instituições .....	23.186	14.313
<b>OUTRAS OBRIGAÇÕES</b> (Nota 16) .....	<b>116.072</b>	<b>166.097</b>
Cobranças e Arrecadação de Tributos e Assemelhados .....	120	12
Sociais e Estatutárias.....	1.284	2.884
Fiscais e Previdenciárias (Nota 16.a).....	3.462	2.421
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento (Nota 16.b).....	47.306	62.477
Diversas.....	63.900	98.303
<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b> .....	<b>779.033</b>	<b>774.032</b>
<b>OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS</b> (Nota 15) .....	<b>656.186</b>	<b>632.044</b>
BNDES.....	595.127	588.233
FINEP .....	2.324	-
Outras Instituições .....	58.735	43.811
<b>OUTRAS OBRIGAÇÕES</b> (Nota 16) .....	<b>122.847</b>	<b>141.988</b>
Fiscais e Previdenciárias (Nota 16.a).....	7.027	7.197
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento (Nota 16.b).....	115.820	134.032
Diversas.....	-	759
<b>RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS</b> .....	<b>2</b>	<b>-</b>
Resultados de Exercícios Futuros .....	2	-
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b> .....	<b>423.106</b>	<b>351.215</b>
Capital:		
- De Domiciliados no País (Nota 17.a) .....	359.705	289.705
Reservas de Lucros (Nota 17.c).....	63.864	61.973
(Ações em Tesouraria) .....	(463)	(463)
<b>TOTAL DO PASSIVO</b> .....	<b>1.539.859</b>	<b>1.500.750</b>



# BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S.A.

Av. Princesa Isabel, 54 - Vitória-ES - CEP 29010.906

CNPJ 28.145.829/0001-00

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO Em Reais mil

	2º SEM/ 2016	2016	2015
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b> .....	<b>72.424</b>	<b>130.298</b>	<b>111.761</b>
Operações de Crédito .....	43.231	74.583	65.695
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários .....	29.193	55.715	46.066
<b>DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b> .....	<b>(41.787)</b>	<b>(77.594)</b>	<b>(54.733)</b>
Operações de Captação no Mercado.....	(173)	(349)	(368)
Operações de Empréstimos e Repasses .....	(11.785)	(23.029)	(24.618)
Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa .....	(29.829)	(54.216)	(29.747)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b> .....	<b>30.637</b>	<b>52.704</b>	<b>57.028</b>
<b>OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS</b> .....	<b>(27.135)</b>	<b>(51.673)</b>	<b>(50.166)</b>
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 27.b) .....	1.479	2.488	2.877
Rendas de Tarifas Bancárias .....	891	1.758	1.548
Despesas de Pessoal .....	(21.034)	(39.287)	(35.195)
Outras Despesas Administrativas.....	(9.467)	(17.992)	(17.179)
Despesas Tributárias .....	(2.710)	(5.042)	(4.139)
Outras Receitas Operacionais (Nota 27.c) .....	4.909	9.273	4.198
Outras Despesas Operacionais (Nota 27.d) .....	(1.203)	(2.871)	(2.276)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b> .....	<b>3.502</b>	<b>1.031</b>	<b>6.862</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b> (Nota 27.e).....	<b>1.707</b>	<b>479</b>	<b>565</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/ LUCRO E PARTICIPAÇÕES</b> .....	<b>5.209</b>	<b>1.510</b>	<b>7.427</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b> (Notas 3.j e 16.a.1).....	<b>454</b>	<b>1.053</b>	<b>1.087</b>
Provisão para Imposto de Renda .....	3.073	(157)	(2.885)
Provisão para Contribuição Social .....	2.484	(205)	(1.916)
Ativo Fiscal Diferido (Notas 3.k e 16 a.2).....	(5.103)	1.415	5.888
<b>LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO</b> .....	<b>5.663</b>	<b>2.563</b>	<b>8.514</b>
<b>JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO</b> (Nota 17.d) .....	<b>716</b>	<b>716</b>	<b>2.379</b>
Lucro por lote de mil Ações - R\$ .....	R\$ 0,02	R\$ 0,01	R\$ 0,43

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO - Em Reais mil

	2º SEM/ 2016	2016	2015 Reclas- sificado
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
<b>LUCRO / PREJUÍZO LÍQUIDO ANTES DO IR E CSLL</b> .....	<b>5.663</b>	<b>2.563</b>	<b>7.427</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social .....	5.556	(362)	(4.801)
Ativo Fiscal Diferido .....	(5.103)	1.415	5.888
Depreciações e Amortizações .....	2.523	5.267	5.711
Provisão para Perdas/Desvalorizações .....	541	1.894	437
Reversão de Provisões .....	(1.834)	(1.935)	(103)
<b>Lucro Líquido Ajustado</b> .....	<b>7.346</b>	<b>8.842</b>	<b>14.559</b>
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez .....	3.232	41.816	(119.333)
Títulos e Valores Mobiliários .....	(22.151)	(88.482)	101.389
Relações Interfinanceiras e Interdependências .....	5.228	11.915	15.792
Operações de Crédito .....	(1.682)	(18.060)	24.483
Outros Créditos .....	4.749	9.854	(8.961)
Outros Valores e Bens.....	70	242	171
Outras Obrigações.....	1.995	(69.477)	(70.439)
Resultado de Exercícios Futuros.....	(1)	2	(2)
Depósitos .....	(82)	(4.899)	(25.642)
Obrigações por Empréstimos e Repasses .....	7.938	41.281	(11.673)
<b>CAIXA LÍQUIDO APLICADO/ORIGINADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b> .....	<b>(4.694)</b>	<b>(75.808)</b>	<b>(94.215)</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>			
Alienação de Bens Não de Uso Próprio .....	938	1.332	469
Aquisição de Bens Não de Uso Próprio .....	(2.490)	(3.557)	(4.360)
Aplicação no Intangível .....	(472)	(745)	(844)
Inversões em Imobilizado de Uso .....	(21)	(252)	(391)
Inversões em Investimentos .....	-	-	(30)
<b>CAIXA LÍQUIDO APLICADO/ORIGINADO EM INVESTIMENTOS</b> .....	<b>(2.045)</b>	<b>(3.222)</b>	<b>(5.156)</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>			
Integralização de capital .....	-	70.000	85.436
Juros sobre Capital Próprio/Dividendos Pagos e/ou Provisionados..	(716)	(673)	(2.196)
<b>CAIXA LÍQUIDO APLICADO EM FINANCIAMENTOS</b> .....	<b>(716)</b>	<b>69.327</b>	<b>83.240</b>
<b>AUMENTO/REDUÇÃO LÍQUIDA, DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b> .....	<b>(109)</b>	<b>(188)</b>	<b>(1.572)</b>
<b>MODIFICAÇÕES EM DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS</b> .....			
Início do Período .....	397	476	2.048
Fim do Período (Notas 3.c e 4) .....	288	288	476
<b>AUMENTO/REDUÇÃO LÍQUIDA, DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b> .....	<b>(109)</b>	<b>(188)</b>	<b>(1.572)</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

EVENTOS	CAPITAL SOCIAL	AUMENTO DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS		LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	AÇÕES EM TESOURARIA	TOTAL
			RESERVA LEGAL	RESERVA ESTATUTÁRIA			
<b>SALDO EM 30/06/2016</b> .....	<b>359.705</b>	-	<b>4.685</b>	<b>57.332</b>	<b>(3.100)</b>	<b>(463)</b>	<b>418.159</b>
Aumento de capital .....	-	-	-	-	-	-	-
Lucro do período .....	-	-	-	-	5.663	-	5.663
<b>DESTINAÇÕES</b>							
Reservas .....	-	-	128	1.719	(1.847)	-	-
Dividendos/JSCP .....	-	-	-	-	(716)	-	(716)
<b>SALDO EM 31/12/2016</b> .....	<b>359.705</b>	-	<b>4.813</b>	<b>59.051</b>	-	<b>(463)</b>	<b>423.106</b>
<b>Mutações do 2º Semestre - 2016</b> .....	-	-	<b>128</b>	<b>1.719</b>	<b>3.100</b>	-	<b>4.947</b>
<b>SALDO EM 31/12/2014 - REAPRESENTADO</b> .....	<b>204.269</b>	-	<b>4.259</b>	<b>56.771</b>	<b>(5.375)</b>	<b>(463)</b>	<b>259.461</b>
Aumento de Capital .....	1.807	83.629	-	-	-	-	85.436
Absorção de Prejuízos Acumulados .....	-	-	-	(5.375)	5.375	-	-
Lucro do período .....	-	-	-	-	8.514	-	8.514
Dividendos/JSCP Prescritos.....	-	-	-	183	-	-	183
<b>DESTINAÇÕES</b>							
Reservas .....	-	-	426	5.709	(6.135)	-	-
Dividendos/JSCP .....	-	-	-	-	(2.379)	-	(2.379)
<b>SALDO EM 31/12/2015</b> .....	<b>206.076</b>	<b>83.629</b>	<b>4.685</b>	<b>57.288</b>	-	<b>(463)</b>	<b>351.215</b>
<b>Mutações do Exercício - 2015</b> .....	<b>1.807</b>	<b>83.629</b>	<b>426</b>	<b>517</b>	<b>5.375</b>	-	<b>91.754</b>
<b>SALDO EM 31/12/2015</b> .....	<b>206.076</b>	<b>83.629</b>	<b>4.685</b>	<b>57.288</b>	-	<b>(463)</b>	<b>351.215</b>
Aumento de capital .....	153.629	(83.629)	-	-	-	-	70.000
Lucro do período .....	-	-	-	-	2.563	-	2.563
Dividendos/JSCP Prescritos.....	-	-	-	44	-	-	44
<b>DESTINAÇÕES</b>							
Reservas .....	-	-	128	1.719	(1.847)	-	-
Dividendos/JSCP .....	-	-	-	-	(716)	-	(716)
<b>SALDO EM 31/12/2016</b> .....	<b>359.705</b>	-	<b>4.813</b>	<b>59.051</b>	-	<b>(463)</b>	<b>423.106</b>
<b>Mutações do Exercício - 2016</b> .....	<b>153.629</b>	<b>(83.629)</b>	<b>128</b>	<b>1.763</b>	-	-	<b>71.891</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Reais mil

Apresentamos as notas explicativas integrantes do conjunto das demonstrações contábeis do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A. – BANDES, em face do encerramento do exercício social de 2016 em comparação com o exercício social de 2015. Valores expressos em milhares de reais (R\$ mil), exceto se indicado de outra forma.

**NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL**

O Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A. – BANDES é uma entidade de economia mista, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, controlada acionariamente pelo Estado do Espírito Santo. Está domiciliado na Avenida Princesa Isabel, 54 - Edifício Caparaó, Centro – Vitória – ES.

**NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Estas demonstrações contábeis foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), e da Comissão dos Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável.

Na preparação destas demonstrações contábeis foram utilizadas estimativas e premissas, na mensuração de perdas com operações de crédito; na definição do valor justo de determinados instrumentos financeiros; em provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; e na determinação da vida útil de determinados ativos.

A Diretoria Executiva autorizou a emissão destas demonstrações contábeis em 21 de março de 2017.

**NOTA 3 - PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS****a) Moeda funcional e de apresentação**

Estas demonstrações contábeis estão elaboradas em Real (R\$), moeda funcional e de apresentação do BANDES.

**b) Apuração do resultado**

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência.

**c) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08, estão representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, são utilizados pelo Banco para gerenciamento dos compromissos de curto prazo, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 (noventa) dias. Ambos apresentam risco insignificante de mudança de valor justo. Para fins de comparabilidade, os valores de 2015 foram reclassificados para apresentação em relação a 2016. (Nota 4)

**d) Aplicações interfinanceiras de liquidez**

As aplicações interfinanceiras de liquidez estão registradas pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados por provisão para perdas, quando aplicável. (Nota 5)

**e) Títulos e valores mobiliários**

De acordo com a Circular BACEN nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários são classificados, de acordo com a intenção da Administração, em três categorias específicas:

- Títulos para negociação – adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.
- Títulos disponíveis para venda – são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustado ao valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários. Os ganhos e as perdas são reconhecidos no resultado quando da efetiva realização.
- Títulos mantidos até o vencimento – adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A capacidade financeira está amparada em projeções de fluxo de caixa.

O valor de mercado é estabelecido com observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta deste, em modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização.

Os títulos e valores mobiliários do BANDES são classificados, em sua integralidade, na categoria “mantidos até o vencimento”. (Nota 7)

**f) Operações de crédito, outros créditos com característica de concessão de créditos e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa**

As operações de crédito e outros créditos com característica de concessão de créditos estão demonstrados pelos valores de realização, incluídos os rendimentos auferidos em função da fluência dos prazos contratuais das operações. São classificadas observando:

- Os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo);
- A avaliação da Administração quanto ao nível de risco.

A atualização (*accruals*) das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas, e a partir do 60º dia em conta redutora do ativo (rendas a apropriar), nesta situação, o reconhecimento em receitas ocorre somente no efetivo recebimento.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As operações de crédito baixadas contra a provisão e registradas em contas de compensação, quando renegociadas são classificadas no nível “H”, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos em receitas quando efetivamente recebidos. Nos termos da Resolução CMN nº 2.682/99, a reclassificação da operação para categoria de menor risco, somente é admitida na ocorrência de amortização significativa ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco.

As operações em atraso classificadas no nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando, então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por no mínimo cinco anos.

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa foi constituída em montante julgado suficiente à cobertura de riscos dos créditos a receber, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, descritos anteriormente.

A avaliação periódica da Administração considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução CMN nº 2.682/99 para atribuição dos níveis de classificação do cliente, da seguinte forma:

Período de Atraso	Classificação do Cliente
Sem atraso.....	AA
Até 14 dias.....	A
De 15 a 30 dias de atraso.....	B
De 31 a 60 dias de atraso.....	C
De 61 a 90 dias de atraso.....	D
De 91 a 120 dias de atraso.....	E
De 121 a 150 dias de atraso.....	F
De 151 a 180 dias de atraso.....	G
Superior a 180 dias.....	H

Segundo o artigo 5º da Resolução CMN nº 2.697/00, que alterou a Resolução CMN nº 2.682/99, para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses admite-se a contagem em dobro dos prazos previstos na tabela anterior.

**g) Despesas antecipadas**

Compreendem pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros. O registro é efetuado no ativo e o reconhecimento no resultado obedece ao princípio da competência. Esse grupo de contas é composto, basicamente, por despesas com assinaturas de jornais e revistas, impostos (IPTU), seguros, entre outros. (Nota 10.b)

**h) Permanente**

Grupo de ativos registrados pelo custo de aquisição, deduzidos de depreciação, amortização e provisão para atender às perdas prováveis na realização do seu valor, ou para redução do custo de aquisição ao valor de mercado, quando este for inferior, de acordo com as normas vigentes. Subdivide-se em:

**h.1) Investimentos** – estão representados em sua maioria pelos recursos aplicados em investimentos por incentivos fiscais. (Nota 11)

**h.2) Imobilizado** – é representado pelos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade.

O imobilizado está atualizado monetariamente até 31 de dezembro de 1995, líquido da respectiva depreciação, e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*). A depreciação é calculada pelo método linear, com a aplicação das seguintes taxas anuais: imóveis de uso – edificações 8%, sistema de transportes, processamento de dados e comunicação 20%, e demais itens 10%.

Os ganhos e as perdas na alienação do imobilizado são reconhecidos em resultado não operacional.

**h.3) Intangível** – O intangível corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção das operações da entidade, ou exercidos com essa finalidade. Está composto basicamente de softwares e é amortizado pelo método linear, em até cinco anos ou de acordo com os prazos contratuais.

Os ganhos e perdas de alienação do intangível são reconhecidos em resultado não operacional.

**i) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais – fiscais e previdenciárias**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09, sendo:

- Provisões/Passivos Contingentes: são constituídas conforme fundamentação dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação da obrigação, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.
- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados em notas explicativas.
- Obrigações Legais – Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

**j) Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) correntes**

O imposto de renda é constituído à alíquota-base de 15% (quinze por cento) do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% (dez por cento). A contribuição social sobre o lucro líquido foi calculada considerando a alíquota de 15% (quinze por cento). Com a edição da Lei nº 13.169/15, a alíquota da contribuição social passou para 20% (vinte por cento) a partir de setembro de 2015.

**k) Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos decorrem de diferenças temporárias dedutíveis em exercícios futuros e foram calculados com base nas alíquotas vigentes na data das demonstrações contábeis, e, registrados na rubrica Outros Créditos, em contrapartida do Resultado do Período.

O ativo fiscal diferido decorrente de diferenças temporárias é reconhecido na medida em que seja provável a existência de lucro tributável contra o qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada.

O valor contábil de um imposto diferido ativo é revisado no final de cada período de relatório e terá seu valor contábil reduzido na medida em que não seja mais provável obter lucro tributável suficiente para permitir que o benefício de parte ou totalidade desse imposto diferido ativo seja utilizado. Qualquer redução será revertida na medida em que ser tornar provável que a entidade irá obter lucro tributável suficiente.

Em decorrência da alteração da alíquota da contribuição social, o BANDES constituiu um complemento de crédito tributário, considerando as expectativas anuais de realização e as suas respectivas alíquotas vigentes em cada período, de acordo com estudo técnico realizado.

**l) Outros ativos e passivos**

Os outros ativos foram evidenciados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais (em base *pró-rata die*) auferidos e provisão para perda, quando julgada necessária.

Os passivos incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos (em base *pró-rata die*).

**m) Redução ao valor recuperável de ativos**

O Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) Redução ao Valor Recuperável de Ativos estabelece procedimentos que a entidade deve aplicar para assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente por valores que não excedam aos valores de recuperação.

No exercício de 2016 não foram detectadas indicações de possíveis desvalorizações do ativo permanente. Eventuais perdas, quando identificadas, são reconhecidas diretamente no resultado do exercício.

**n) Eventos subsequentes**

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão. Dividem-se em eventos que originam ajustes, pois evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e eventos que não originam ajustes, porque evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

**NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	R\$ mil	
	2016	2015
Moeda Nacional (caixa) .....	1	1
Moeda Nacional (depósitos bancários) .....	287	475
Disponibilidades .....	288	476
Depósitos Interfinanceiros .....	216.753	185.460
Aplicações no Mercado Aberto .....	67.297	140.406
<b>Total .....</b>	<b>284.338</b>	<b>326.342</b>



# BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S.A.

Av. Princesa Isabel, 54 - Vitória-ES - CEP 29010.906

CNPJ 28.145.829/0001-00

## NOTA 5 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	Prazo de vencimento			
	1 a 30 dias	31 a 90 dias	Acima de 91 dias	Total
Depósitos Interfinanceiros (1)				
Empresas Ligadas (Banestes S.A.) .....	480	-	-	480
Empresas Não Ligadas.....	46.592	-	-	46.592
Aplicações no Mercado				
Aberto (2) .....	67.297	77.103	92.578	236.978
<b>Total 2016</b> .....	<b>114.369</b>	<b>77.103</b>	<b>92.578</b>	<b>284.050</b>
Total 2015 .....	186.173	80.591	59.102	325.866

(1) Títulos custodiados na Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP).

(2) Títulos custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

## NOTA 6 - RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

Repasse Interfinanceiro BANESTES S/A – Banco do Estado do Espírito Santo – Repasse NOSSOCREDITO R\$ 2.368 mil (R\$ 14.283 mil em 31 de dezembro de 2015). O repasse para aplicação exclusiva nos Programas de Microcrédito do Governo Estadual, NOSSOCREDITO e CREDITAR, no valor original de R\$ 30 milhões, foi efetuado por meio de convênio de cooperação técnica e financeira, firmado em 24 de junho de 2014 e aditado em 02 de setembro de 2015, com remuneração de 3,00% a.a. (três por cento ao ano), de acordo com a posição de fechamento mensal e previsão de retorno dos recursos até abril de 2017.

## NOTA 7 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

São classificados, em sua integralidade, na categoria mantidos até o vencimento. (Nota 3.e)

	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
<b>Títulos Públicos – Brasil*</b>					
Letras Financeiras do Tesouro .....	-	2.365	8.987	145.799	157.151
Criatec 3 – FIP .....	-	-	-	269	269
<b>Total 2016</b> .....	<b>-</b>	<b>2.365</b>	<b>8.987</b>	<b>146.068</b>	<b>157.420</b>
Total 2015 .....	-	-	25.940	42.998	68.938

\* Títulos custodiados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

## NOTA 8 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO E OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

Parcela substancial das operações é originária de repasses de instituições oficiais de crédito, cuja remuneração básica, em sua maioria, é constituída da aplicação de índices pré-fixados, acrescida do percentual da taxa de juros específica da operação.

### a) Carteira de crédito por tipo de operação

	2016		2015	
	Valor	%	Valor	%
Empréstimos .....	71.793	6	57.297	5
Financiamentos .....	108.354	10	114.086	11
Financiamentos rurais e agroindustriais.....	839.441	77	813.924	77
Financiamentos infraestrutura e desenvolvimento.....	63.979	6	63.615	6
<b>Subtotal</b> .....	<b>1.083.567</b>	<b>99</b>	<b>1.048.922</b>	<b>99</b>
Outros créditos * .....	3.641	1	3.687	1
<b>Total das operações de créditos</b> .....	<b>1.087.208</b>	<b>100</b>	<b>1.052.609</b>	<b>100</b>

\* Refere-se ao saldo de devedores por compras de valores e bens, com característica de concessão de crédito. (Nota 9)

### b) Carteira de crédito por concentração dos principais devedores

	2016		2015	
	Valor	%	Valor	%
10 maiores devedores.....	106.598	10	111.500	11
50 seguintes maiores devedores .....	73.813	7	63.535	6
100 seguintes maiores devedores.....	40.345	4	27.542	3
Demais devedores.....	866.452	79	850.032	80
<b>Total das operações de crédito</b> .....	<b>1.087.208</b>	<b>100</b>	<b>1.052.609</b>	<b>100</b>

### c) Carteira de crédito por vencimento das operações

	2016		2015	
	Valor	%	Valor	%
<b>Parcelas vencidas a partir de 15 dias</b> .....	<b>29.471</b>	<b>3</b>	<b>20.658</b>	<b>2</b>
<b>A vencer</b> .....	<b>1.057.737</b>	<b>97</b>	<b>1.031.951</b>	<b>98</b>
Até 3 meses.....	62.637	6	64.178	6
De 3 meses a 12 meses.....	204.905	19	189.075	18
Acima de 12 meses.....	790.195	72	778.698	74
<b>Total das operações de crédito</b> .....	<b>1.087.208</b>	<b>100</b>	<b>1.052.609</b>	<b>100</b>

## d) Carteira de crédito por setor de atividade

	2016		2015	
	Valor	%	Valor	%
<b>Setor privado</b> .....	<b>1.023.228</b>	<b>94</b>	<b>987.451</b>	<b>94</b>
Rural .....	33.936	3	5.927	1
Indústria.....	63.206	6	55.086	5
Comércio.....	44.546	4	48.792	5
Outros serviços.....	71.132	7	64.444	6
Pessoas físicas.....	810.408	74	813.202	77
<b>Setor público</b> .....	<b>63.980</b>	<b>6</b>	<b>65.158</b>	<b>6</b>
Administração direta municipal .....	63.980	6	65.158	6
<b>Total das operações de crédito</b> .....	<b>1.087.208</b>	<b>100</b>	<b>1.052.609</b>	<b>100</b>

## e) Composição da carteira de crédito e da provisão por níveis de risco

Níveis Risco	% mínimo provisão	Curso normal	Anormal *	2016		2015	
				Total	Provisão	Total	Provisão
AA	0	65.882	-	65.882	0	63.657	0
A	0,5	589.993	-	589.993	(2.950)	608.096	(3.040)
B	1	190.277	22.350	212.627	(2.126)	210.396	(2.104)
C	3	80.181	26.332	106.513	(3.195)	97.430	(2.923)
D	10	19.863	15.439	35.302	(3.530)	13.428	(1.343)
E	30	3.346	13.249	16.595	(4.979)	19.559	(5.868)
F	50	1.606	9.064	10.670	(5.335)	6.151	(3.076)
G	70	2.798	14.618	17.416	(12.191)	7.757	(5.430)
H	100	7.262	24.948	32.210	(32.210)	26.135	(26.134)
<b>Total</b> .....		<b>961.208</b>	<b>126.000</b>	<b>1.087.208</b>	<b>(66.516)</b>	<b>1.052.609</b>	<b>(49.918)</b>

\*Inclui parcelas vencidas e vincendas de contratos com atraso superior a 15 dias.

## f) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2016	2015
<b>Saldo inicial</b> .....	<b>(49.918)</b>	<b>(46.294)</b>
Constituições .....	(54.370)	(29.713)
Constituições.....	(60.032)	(36.466)
Reversões .....	5.662	6.753
Transferências para prejuízo .....	37.772	26.089
<b>Saldo final</b> .....	<b>(66.516)</b>	<b>(49.918)</b>

\* Os saldos finais incluem R\$ 105 mil (R\$ 93 mil em 31 de dezembro de 2015) referentes à provisão para outros créditos de liquidação duvidosa com característica de concessão de crédito, correspondente ao título "Devedores por compra de valores e bens". (Nota 9).

## g) Créditos renegociados, lançados a prejuízos e recuperados

	2016	2015
Renegociados .....	19.910	9.249
Lançados a prejuízo .....	37.772	26.089
Recuperados.....	19.289	15.068

## NOTA 9 - OUTROS CRÉDITOS

	2016	2015
Impostos compensados pendentes de homologação (1) .....	2.183	2.183
Impostos e contribuições a compensar .....	5.047	98
Créditos tributários de impostos e contribuições (Nota 17 a.3) .....	34.180	32.765
Devedores por depósitos em garantia .....	4.483	5.384
Pagamentos a ressarcir.....	1.644	1.606
Rendas a receber (2) .....	3.180	19.815
Devedores por compra de valores e bens .....	3.641	3.687
Outros .....	580	658
Provisão para outros créditos (3).....	(1.578)	(1.567)
<b>Total</b> .....	<b>53.360</b>	<b>64.629</b>
Circulante.....	14.312	7.162
Realizável a Longo Prazo .....	39.048	57.467

(1) Imposto de renda e contribuição social pagos a maior nos exercícios sociais de 1997 a 2004, cuja compensação já realizada está em fase de homologação pela Secretaria da Receita Federal (por ainda não ter sido totalmente homologado foi registrado um passivo no valor de R\$ 2.183 mil. (Nota 17.a)

(2) A rubrica Rendas a Receber é composta de rendas a receber de juros e encargos de mora, devidos pelo FUNDAP, conforme previsto na Lei Estadual nº 2.508/70 no valor de R\$ 78 mil (R\$ 78 mil em 31 de dezembro de 2015) e rendas a receber de contratos das linhas BNDES/PRONAF – Equalização de juros no valor de R\$ 3.102 mil (R\$ 19.737 mil em 31 de dezembro de 2015).

(3) A provisão para outros créditos refere-se à provisão para devedores por compra de valores e bens R\$ 104 mil (R\$ 93 mil em 31 de dezembro de 2015), à provisão para perdas em fundo de crédito rural diferenciado R\$ 1.269 mil (R\$ 1.269 mil em 31 de dezembro de 2015) e à provisão para perdas com outros créditos do Tesouro Nacional R\$ 205 mil (R\$ 205 mil em 31 de dezembro de 2015).



# BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S.A.

Av. Princesa Isabel, 54 - Vitória-ES - CEP 29010.906

CNPJ 28.145.829/0001-00

## NOTA 10 - OUTROS VALORES E BENS

### a) Outros valores e bens – Bens não de uso próprio

São compostos, sobretudo, pelos imóveis disponíveis para venda, recebidos em dação de pagamento, contabilizados pelo custo de aquisição, com base em laudo de avaliação, ajustados por provisão para perdas prováveis na realização do seu valor, de acordo com as normas vigentes.

	R\$ mil	
	2016	2015
Imóveis não de uso próprio .....	13.160	11.080
Bens em regime especial.....	1.043	898
Máquinas e equipamentos .....	4	4
<b>Bens Não de Uso .....</b>	<b>14.208</b>	<b>11.982</b>
Provisão para desvalorização .....	(1.690)	(1.730)
<b>Total.....</b>	<b>12.518</b>	<b>10.252</b>

### b) Despesas antecipadas

Correspondem, basicamente, aos pagamentos antecipados com assinaturas de jornais e revistas, impostos (IPTU), seguros, entre outros R\$ 126 mil (R\$ 368 mil em 31 de dezembro de 2015).

	R\$ mil	
	2016	2015
Circulante.....	96	366
Realizável a Longo Prazo .....	30	2
<b>Total.....</b>	<b>126</b>	<b>368</b>

## NOTA 11 - INVESTIMENTOS

Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição atualizado até 31 de dezembro de 1995, retificados por provisões para perdas, efetuadas de acordo com as normas vigentes.

	R\$ mil	
	2016	2015
Investimento por incentivos fiscais (1) .....	3.073	3.073
Títulos patrimoniais .....	1	1
Bens artísticos .....	5	5
<b>Subtotal .....</b>	<b>3.079</b>	<b>3.079</b>
Provisão para perdas (2) .....	(37)	(37)
<b>Total.....</b>	<b>3.042</b>	<b>3.042</b>

(1) Composição: R\$ 3.004 mil (R\$ 3.004 mil em dezembro de 2015) Certificados de Investimento - FUNDES; R\$ 39 mil (R\$ 39 mil em dezembro de 2015) Certificados de Investimento - FINOR; R\$ 30 mil (R\$ 30 mil em dezembro de 2015) Certificados de Investimento - AUDIOVISUAL.

(2) Provisão para Perdas em Certificados de Investimento - FINOR.

## NOTA 12 - IMOBILIZADO DE USO

	R\$ mil			
	Custo	Depreciação	Valor Líquido	
			2016	2015
Terrenos.....	189	-	189	189
Edificações .....	3.853	(3.204)	649	860
Móveis e máquinas .....	2.687	(2.302)	385	484
Aparelhagens e sist. comunicação .....	338	(301)	37	45
Equipamentos de informática.....	7.314	(6.037)	1.277	1.613
Sistema de segurança.....	188	(132)	56	70
<b>Total.....</b>	<b>14.569</b>	<b>11.976</b>	<b>2.593</b>	<b>3.261</b>

## NOTA 13 - INTANGÍVEL

	R\$ mil			
	Custo	Amortização	Valor Líquido	
			2016	2015
Aquisição de software .....	2.706	(1.970)	736	1.044
Modernização SISBANDES.....	26.023	(20.050)	5.973	9.360
BI – Consultas .....	46	(46)	-	-
Site BANDES .....	752	(550)	202	135
Aplicativo para Celulares .....	27	-	27	-
<b>Total.....</b>	<b>29.554</b>	<b>(22.616)</b>	<b>6.938</b>	<b>10.539</b>

O grupo Ativo Intangível está representado, principalmente, por gastos com aquisição, desenvolvimento e modernização dos sistemas operacionais. (Nota 3.h.3)

## NOTA 14 - CAPTAÇÕES DE RECURSOS

As rubricas “Depósitos à vista” e “Depósitos a prazo”, referem-se, principalmente, às cauções oriundas das operações efetuadas com recursos FUNDAP. Os vencimentos dos “Depósitos a Prazo” são de até 30 dias.

	R\$ mil	
Depósitos	2016	2015
A vista .....	10.847	16.576
À prazo .....	11.365	10.535
<b>Total.....</b>	<b>22.212</b>	<b>27.111</b>

## NOTA 15 - OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS

Correspondem às captações com órgãos governamentais e fundos administrados pelo Banco para financiamentos ao mercado, atualizadas, quando aplicável, de acordo com disposições legais e contratuais, com base em índices oficiais divulgados pelo Banco Central do Brasil, e vencimentos mensais conforme a seguir:

	R\$ mil				
Posições	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Total
BNDES.....	97.106	78.589	175.695	595.127	<b>770.822</b>
FINEP .....	125	428	553	2.324	<b>2.877</b>
Outras .....	5.490	17.695	23.185	58.735	<b>81.920</b>
<b>2016 .....</b>	<b>102.721</b>	<b>96.712</b>	<b>199.433</b>	<b>656.186</b>	<b>855.619</b>
<b>2015 .....</b>	<b>30.141</b>	<b>152.154</b>	<b>182.295</b>	<b>632.044</b>	<b>814.339</b>

## NOTA 16 - OUTRAS OBRIGAÇÕES

	R\$ mil	
	2016	2015
Fiscais e previdenciárias (a) .....	10.489	9.618
Fundos financeiros e de desenvolvimento (b).....	163.126	196.509
Provisão para processos cíveis, trabalhistas e fiscais (c) .....	4.641	5.894
Dotação para aumento de capital (d) .....	49.185	86.012
Provisão para pagamentos a efetuar .....	4.924	5.233
Credores diversos (e) .....	5.150	1.923
Sociais e estatutárias.....	1.284	2.884
Outros .....	120	12
<b>Total.....</b>	<b>238.919</b>	<b>308.085</b>
Circulante.....	116.072	166.097
Exigível a Longo Prazo .....	122.847	141.988

### a) Fiscais e previdenciárias

	R\$ mil	
	2016	2015
Impostos e contribuições.....	1.094	744
Impostos e contribuições s/ salários .....	1.130	965
Impostos c/ pedido de restituição (i).....	2.183	2.183
Parcelamento impostos (ii) .....	5.452	5.622
Outros .....	630	104
<b>Total.....</b>	<b>10.489</b>	<b>9.618</b>
Circulante.....	3.462	2.421
Exigível a Longo Prazo .....	7.027	7.197

(i) Refere-se à provisão do imposto de renda da pessoa jurídica (R\$ 2.065 mil), contribuição social sobre o lucro líquido (R\$ 118 mil), compensados em exercícios anteriores, e ainda não homologados pela Secretaria da Receita Federal (Nota 9).

(ii) Parcelamento de ISSQN sobre rendas com taxas de administração de fundos de desenvolvimento e com avais e garantias prestadas no período de 01/01/2009 a 31/12/2014.

### a.1) Imposto de renda e contribuição social correntes

Conciliação entre a despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e a despesa de imposto de renda da pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido debitada em resultado:

	R\$ mil	
	2016	2015
<b>Resultado antes da tributação s/ lucro e participações.....</b>	<b>1.509</b>	<b>7.427</b>
Juros sobre o capital próprio .....	(716)	(2.379)
Adições (exclusões) líquidas:		
Provisões para contingências .....	(633)	(759)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	43.559	22.053
Perdas efetivas de créditos .....	(42.991)	(13.375)
Outros .....	191	(804)
Despesas não dedutíveis .....	100	102
<b>Base de Cálculo .....</b>	<b>1.019</b>	<b>12.265</b>
Imposto de Renda .....	(358)	(3.043)
Contribuição Social .....	(78)	(1.916)
Incentivos fiscais.....	74	158
<b>Total de Imposto de Renda e Contribuição Social.....</b>	<b>(362)</b>	<b>(4.801)</b>

Alíquotas vigentes: IRPJ 15% + Adicional 10%; e CSLL 15% até setembro de 2015 e 20% de setembro de 2015 até dezembro de 2018, conforme Lei nº. 13.169/15. (Nota 3.j)

### a.2) Movimentação dos créditos tributários reconhecidos

	R\$ mil		
	CSLL	IRPJ	Total
<b>Em 31/12/2015 .....</b>	<b>13.987</b>	<b>18.778</b>	<b>32.765</b>
Constituídos .....	5.334	7.262	12.796
Baixados .....	(4.135)	(7.028)	(11.381)
<b>Em 31/12/2016 .....</b>	<b>15.168</b>	<b>19.012</b>	<b>34.180</b>

### a.3) Composição dos créditos tributários

	R\$ mil			
Provisões	Diferenças Temporárias	Crédito Tributário		
		CSLL	IRPJ	Total
Provisão para créditos de liquidação duvidosa .....	69.379	13.875	17.344	31.219
Provisão ações cíveis, trabalhistas e fiscais .....	4.641	888	1.160	2.048
Provisão para indenizações trabalhistas PDI.....	807	161	202	363
Provisão devedores por compra de valores e bens ..	218	44	55	99
Provisão perdas Fundo Crédito Rural Diferenciado ..	1.269	200	251	451
<b>Total 2016 .....</b>	<b>76.314</b>	<b>15.168</b>	<b>19.012</b>	<b>34.180</b>
<b>Total 2015 .....</b>	<b>75.109</b>	<b>13.987</b>	<b>18.778</b>	<b>32.765</b>





# BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S.A.

Av. Princesa Isabel, 54 - Vitória-ES - CEP 29010.906

CNPJ 28.145.829/0001-00

## a.4) Estimativa de realização dos créditos tributários reconhecidos

Ano	Crédito Tributário			Valor Presente
	CSLL	IRPJ	Total	
2017	3.556	4.445	8.001	7.571
2018	5.474	6.893	12.367	11.503
2019	2.696	3.370	6.066	5.837
2020	816	1.020	1.836	1.767
2021	755	943	1.698	1.634
2022 a 2026	1.871	2.341	4.212	4.012
<b>Total 2016</b>	<b>15.168</b>	<b>19.012</b>	<b>34.180</b>	<b>32.322</b>
<b>Total 2015</b>	<b>13.987</b>	<b>18.778</b>	<b>32.765</b>	<b>30.745</b>

R\$ mil

O valor presente dos créditos tributários foi calculado com base nas taxas médias de captação do BANDES.

## a.5) Créditos tributários não reconhecidos

Para fins de divulgação, os créditos tributários estimados não reconhecidos relativos à contribuição social sobre o lucro líquido totalizam R\$ 289 mil (R\$ 485 mil em 31 de dezembro de 2015) e R\$ 482 mil (R\$ 809 mil em 31 de dezembro de 2015) relativos ao imposto de renda da pessoa jurídica.

## b) Fundos financeiros e de desenvolvimento

Os "Fundos financeiros e de desenvolvimento", administrados ou operados pelo BANDES, registram em contas patrimoniais o total de R\$ 163.126 mil (R\$ 196.509 mil em 31 de dezembro de 2015).

	2016	2015
FUNDAP	933	931
FUNDES	79.343	99.718
FUNDAPSOCIAL	528	2.910
FUNCITEC	7.477	18.990
FUNDÁGUA	1	41
FUNDEPAR-ES	50.411	73.919
FUNSAF	184	-
PSA FUNDAGUA - LEI 10.583/2016	24.249	-
<b>Total</b>	<b>163.126</b>	<b>196.509</b>
Circulante	47.306	62.477
Exigível a Longo Prazo	115.820	134.032

R\$ mil

## c) Provisões para processos cíveis, trabalhistas e fiscais

As demandas judiciais e administrativas perante tribunais e órgãos governamentais são decorrentes do curso normal das operações e envolvem aspectos cíveis, trabalhistas e fiscais. Os processos judiciais são acompanhados por escritórios contratados.

A Administração, com base em informações da gerência jurídica, em análise de demandas judiciais e, quanto às ações trabalhistas, na experiência passada em relação às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, de acordo com o seguinte tratamento contábil:

- Risco Provável – são constituídas provisões no valor atualizado da causa.
- Risco Possível e Remoto – não é contabilizada provisão, apenas são mencionados os respectivos montantes em notas explicativas.

Composição das ações judiciais e administrativas:

Ações com Risco Provável*	2016	2015
Cíveis	2.955	2.652
Trabalhistas	1.686	3.242
<b>Subtotal (Provisão para passivos contingentes)</b>	<b>4.641</b>	<b>5.894</b>
Fiscais	-	-
<b>Total</b>	<b>4.641</b>	<b>5.894</b>

R\$ mil

\* Provisonadas pelo valor atualizado da causa.

Ações com Risco Possível e Remoto**	2016	2015
Cíveis	48.911	37.186
Trabalhistas	959	1.075
Fiscais	26.327	25.542
<b>Total</b>	<b>76.197</b>	<b>63.803</b>

R\$ mil

\*\*Valores não provisionados, apenas divulgados.

O BANDES não possui processos por danos ao meio ambiente.

Composição e movimentação das provisões das ações com risco provável:

	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais	Total
<b>Saldo em 01/01/2016</b>	<b>2.652</b>	<b>3.242</b>	-	<b>5.894</b>
Atualização Monetária / Constituições	766	259	-	1.025
Reversões / Pagamentos	(685)	(40)	-	(725)
<b>Saldo em 30/06/2016</b>	<b>2.733</b>	<b>3.461</b>	-	<b>6.194</b>
<b>Saldo em 01/07/2016</b>	<b>2.733</b>	<b>3.461</b>	-	<b>6.194</b>
Atualização Monetária / Constituições	226	95	-	321
Reversões / Pagamentos	(4)	(1.870)	-	(1.874)
<b>Saldo em 31/12/2016</b>	<b>2.955</b>	<b>1.686</b>	-	<b>4.641</b>

R\$ mil

## d) Dotação para aumento de capital

A rubrica "Dotação para aumento de capital" registra R\$ 49.185 mil (R\$ 82.012 mil em 31 de dezembro de 2015) disponibilizados pelos acionistas:

Estado do Espírito Santo:

- R\$ 1.442 mil referentes Juros Sobre Capital Próprio – JSCP do exercício social de 2015, quitados em 20/05/2016 e retidos conforme parágrafo único do artigo 9º do Estatuto Social;

- R\$ 16.012 mil autorizados pelo Decreto n.º 3524-R, de 05 de fevereiro de 2014;
- R\$ 6.700 mil originados do Fundo para o Financiamento de Micro e Pequenos Empreendimentos e Projetos Sociais FUNDAPSOCIAL, autorizados pelo Decreto n.º 3524-R, de 05 de fevereiro de 2014.
- R\$ 25.000 mil originados do Fundo de Desenvolvimento e Participações do Espírito Santo – FUNDEPAR-ES, mediante autorização de seu Conselho Gestor, concedida em reunião realizada em 21 de dezembro de 2015, conforme Resolução FUNDEPAR-ES nº 19/2015.

Empresas Fundapeanas:

- R\$ 31 mil.

## e) Credores diversos

Na composição da rubrica "Credores diversos" R\$ 5.150 mil (R\$ 1.923 mil em 31 de dezembro de 2015), destacam-se R\$ 2.691 (R\$ 759 mil em 31 de dezembro de 2015), referentes deduções das liberações do FUNDAP, conforme Lei Estadual nº 9.937, de 22 de novembro de 2012 e Decreto nº 3194-R, de 28 de dezembro de 2012.

## NOTA 17 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital social

O capital social autorizado é de R\$ 500.000 mil para efeito de emissão de ações ordinárias, ações preferenciais classe "A" ou classe "B", todas nominativas e sem valor nominal. O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2016 totaliza R\$ 359.705 mil.

Composição do capital social integralizado em quantidade de ações:

	2016	2015
<b>Ações Ordinárias</b>	<b>15.949.479.126</b>	<b>14.817.329.997</b>
- Estado do Espírito Santo	15.710.841.974	14.578.692.845
- Acionistas Minoritários	238.637.152	238.637.152
<b>Ações Preferenciais</b>	<b>7.926.204.869</b>	<b>5.095.832.046</b>
<b>Classe "A"</b>	<b>2.483.827.190</b>	<b>785.603.496</b>
- Estado do Espírito Santo	1.825.061.580	126.837.886
- Demais Acionistas	658.765.610	658.765.610
<b>Classe "B"</b>	<b>5.442.377.679</b>	<b>4.310.228.550</b>
- Estado do Espírito Santo	1.868.637.240	736.488.111
- Demais Acionistas	3.573.740.439	3.573.740.439
<b>Total de ações emitidas</b>	<b>23.875.683.995</b>	<b>19.913.162.043</b>
Em tesouraria (Ordinárias)	(6)	(6)
Em tesouraria (Preferenciais – Classe "A")	(24.162.245)	(24.162.245)
<b>Total de ações em circulação</b>	<b>23.851.521.744</b>	<b>19.888.999.792</b>

As ações preferenciais têm prioridade no reembolso do capital, em caso de liquidação da instituição. As ações da classe "A" têm direito aos dividendos de, no mínimo, 6% (seis por cento) sobre o capital, nunca inferior à maior taxa de dividendos paga a qualquer outra espécie; e as da classe "B" têm direito a dividendos nunca inferiores à taxa atribuída às ações ordinárias.

### b) Aumento de capital social

Aumentos de capital aprovados pelo Departamento de Organização do Sistema Financeiro – DEORF do Banco Central do Brasil (BACEN), no exercício de 2016:

Aumento de Capital R\$	Data de Aprovação	Publicação do Ato no Diário Oficial da União
20.000 mil	11/01/2016	DOU nº 6, Seção 3, página 100
63.629 mil	27/05/2016	DOU nº 100, Seção 3, páginas 74 e 75
70.000 mil	14/06/2016	DOU nº 112, Seção 3, página 82

### c) Destinação do resultado do exercício

Conforme disposição estatutária, a distribuição do resultado e o pagamento de dividendos referentes ao exercício social de 2016, foram computados conforme segue:

	2016	2015
Lucros/Prejuízos Acumulados	-	(5.375)
Absorção de prejuízos pela reserva para margem operacional	-	5.375
Resultado do exercício	2.563	8.514
Reserva legal (Nota 17 c.1)	(128)	(426)
Dividendos/JSCP (Nota 17 c.2)	(716)	(2.379)
Reserva para margem operacional (Nota 17 c.3)	(1.719)	(5.709)
<b>Lucros/Prejuízos Acumulados</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

R\$ mil

#### c.1) Reserva legal

Constituída obrigatoriamente, conforme Inciso I, artigo 53, do Estatuto Social, à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensação de prejuízos.

#### c.2) Reservas de lucros

No exercício, R\$ 44 mil referentes dividendos/JSCP prescritos do exercício de 2012, foram transferidos do grupo de contas do Passivo, e incorporados à Reserva Estatutária, do grupo Reservas de Lucros do Patrimônio Líquido, conforme § 4º do artigo 53 do Estatuto Social.

#### c.3) Reserva para margem operacional

De acordo com o inciso III, do artigo 53, do Estatuto Social, a "Reserva para margem operacional" tem por objetivos assegurar adequadas condições operacionais e reforçar o capital social e de giro do BANDES. É constituída a base do lucro líquido remanescente e está limitada a 80% (oitenta por cento) do capital social. Em 31 de dezembro de 2016, foram adicionados ao saldo da reserva R\$ 1.719 mil (R\$ 5.709 mil em 31 de dezembro de 2015), pela destinação de parcela do lucro líquido do exercício.

### d) Dividendos/Juros sobre Capital Próprio

Conforme disposição estatutária, Inciso II, artigo 53, do Estatuto Social aos acionistas estão assegurados juros sobre capital próprio e/ou dividendos que somados correspondam, no mínimo, a 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A política de remuneração do capital visa distribuir juros sobre o capital próprio – JSCP, computados líquidos de imposto de renda na fonte, calculados em conformidade com a legislação vigente.

Nos termos do art. 54 do Estatuto Social, e em conformidade com o previsto nas Leis nºs. 9.249/95 e 9.430/96, a Diretoria Executiva mediante decisão do Conselho de Administração em 29 de novembro 2016, *ad referendum* a aprovação na AGO das contas de 2016, deliberou sobre o pagamento de juros sobre capital próprio, imputados ao valor dos dividendos mínimos obrigatórios.



# BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S.A.

Av. Princesa Isabel, 54 - Vitória-ES - CEP 29010.906

CNPJ 28.145.829/0001-00

Os juros sobre capital próprio – JSCP referentes ao exercício de 2016 totalizaram R\$ 716 mil (R\$ 2.379 mil em 31 de dezembro de 2015). O pagamento será realizado no prazo de até 60 (sessenta) dias após a realização da Assembleia Geral que apreciar as contas da Diretoria, conforme §3º do artigo 53 do Estatuto Social, e terá como base a posição acionária em 31 de dezembro de 2016.

Para atendimento à legislação do imposto de renda e à legislação societária, o montante de juros sobre capital próprio foi contabilizado na conta de despesas financeiras e, para fins de divulgação das demonstrações contábeis, reclassificado para a conta de “Lucros / Prejuízos Acumulados”.

O cálculo dos juros sobre capital próprio relativo ao exercício social de 2016, comparado ao exercício social de 2015, está demonstrado a seguir:

	R\$ mil			
	2016	%	2015	%
<b>Lucro Líquido do Exercício</b> .....	<b>2.563</b>		<b>8.514</b>	
(-) Reserva Legal (5%) .....	(128)		(426)	
<b>Base de Cálculo Ajustada</b> .....	<b>2.435</b>		<b>8.088</b>	
<b>JSCP (Valor bruto)</b> .....	<b>716</b>		<b>2.379</b>	
IR s/ JSCP .....	(107)		(357)	
<b>JSCP (Valor líquido)</b> .....	<b>609</b>	<b>25,00</b>	<b>2.022</b>	<b>25,00</b>

## NOTA 18 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

### a) Plano de previdência complementar

Tem por objetivo proporcionar aos empregados e administradores, renda complementar à aposentadoria assegurada pela previdência social. O plano possui as seguintes características: tipo contribuição definida; modalidade plano gerador de benefícios livres (PGBL); custeio paritário entre participante e patrocinador; e investimento dos recursos no Fundo de Renda Fixa, Bradesco Renda Fixa F 10. No exercício foram apropriados em despesas com o plano R\$ 1.620 mil (R\$ 1.442 mil em 31 de dezembro de 2015).

### b) Programa de demissão incentivada (PDI)

O programa de demissão incentivada promovido pelo Banco assegura os benefícios: custeio de plano de saúde, plano odontológico, seguro de vida e acidentes pessoais, cesta alimentação, auxílio refeição, auxílio creche/babá, por trinta meses após a demissão.

A provisão para indenizações trabalhistas diversas registrou saldo de R\$ 807 mil (R\$ 187 mil em 31 de dezembro de 2015).

## NOTA 19 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

### Remuneração do pessoal chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixada a remuneração dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, conforme determinação do Estatuto Social. No exercício, as despesas com a remuneração do Conselho de Administração e Diretoria Executiva totalizaram R\$ 1.709 mil (R\$ 1.227 mil em 31 de dezembro de 2015).

## NOTA 20 - ADMINISTRAÇÃO DE FUNDOS FINANCEIROS E DE DESENVOLVIMENTO

Os valores dos patrimônios líquidos dos fundos financeiros e de desenvolvimento administrados pelo BANDES, registrados em contas de compensação, totalizaram R\$ 439.289 mil (R\$ 468.663 mil em 31 de dezembro de 2015).

	R\$ mil	
Fundos Públicos	Patrimônio Líquido	
	2016	2015
FUNDES .....	174.118	166.896
FUNDAP .....	118.504	130.614
FUNDAPSOCIAL .....	2.220	8.560
FUNDEPAR-ES .....	144.447	162.593
<b>Total</b> .....	<b>439.289</b>	<b>468.663</b>

## NOTA 21 - OPERAÇÕES COM FUNDOS FINANCEIROS E DE DESENVOLVIMENTO

Rendas auferidas na operação de fundos financeiros e de desenvolvimento e despesas com a remuneração das obrigações, referentes aos recursos não alocados:

	R\$ mil			
Fundos	Rendas de Administração		Despesas sobre Disp. de Recursos	
	2016	2015	2016	2015
FUNDES (1) .....	834	829	(7.462)	(7.877)
FUNDAPSOCIAL (2) .....	-	778	(359)	(2.470)
FUNDEPAR-ES (3) .....	162	154	(5.984)	(10.526)
FUNCITEC (4) .....	-	-	(1.232)	(1.122)
FUNDÁGUA (5) .....	-	-	(6)	(4)
FUNSAF (6) .....	10	-	(25)	-
PSA FUNDÁGUA (7) .....	549	-	(284)	-
<b>Total</b> .....	<b>1.555</b>	<b>1.761</b>	<b>(15.352)</b>	<b>(21.999)</b>

	Rendas de Administração	Despesas sobre Disp. de Recursos
(1) 0,5% ao ano sobre o Patrimônio Líquido apurado em 31 de dezembro do exercício anterior.		Taxa idêntica à adotada nas cadernetas de poupança.
(2) 2% ao ano sobre o Patrimônio Líquido do Fundo.		Taxa idêntica à adotada nas cadernetas de poupança.
(3) 0,25% ao ano incidente sobre o capital investido do Fundo deduzido de eventual baixa contábil.		Taxa idêntica à adotada nas cadernetas de poupança.
(4) Não há incidência de taxa de administração.		Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).
(5) 3% sobre o ingresso de recursos no Fundo.		100% do rendimento diário do CDI.
(6) 1% sobre os recursos financeiros liberados.		Taxa idêntica à adotada nas cadernetas de poupança.
(7) 10% sobre os recursos financeiros liberados.		Taxa idêntica à adotada nas cadernetas de poupança.

## NOTA 22 - ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DO RISCO OPERACIONAL

O BANDES define como risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. A estrutura de gestão do risco operacional do BANDES é composta pelo Conselho de Administração - CONAD, Diretoria Executiva - DIREX, Gerência de Riscos e Controles Internos - GERCI, Comitê de Controles Internos e Riscos - COCIR e Auditoria Interna - AUDIT. As políticas e diretrizes para geren-

ciamento do risco operacional são aprovadas e revisadas, no mínimo anualmente, pelo Conselho de Administração, sendo executadas pela Gerência de Riscos e Controles Internos, unidade totalmente segregada da área de negócio e da auditoria interna. A estrutura de gerenciamento envolve processos e ferramentas para identificar, avaliar, tratar e monitorar os riscos operacionais, tendo como instrumento principal a auto avaliação dos riscos e controles internos.

## NOTA 23 - ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DO RISCO DE MERCADO

O fator de risco de mercado preponderante no BANDES é a taxa de juros em reais – definido como perdas potenciais devido a mudanças inesperadas nas taxas de juros, haja vista que a Política de Gerenciamento do Risco de Mercado, aprovada pelo Conselho de Administração, estabelece que a composição da Carteira de Títulos e Valores Mobiliários do BANDES classifica-se na categoria de “Títulos Mantidos até o Vencimento”, definidos como títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e capacidade financeira para manutenção em carteira até o vencimento. A estrutura de gestão do risco de mercado do BANDES é composta pelo Conselho de Administração (CONAD), Diretoria Executiva (DIREX), Gerência de Riscos e Controles Internos (GERCI), Comitê de Gestão de Tesouraria (COGET), Comitê de Controles Internos e Riscos (COCIR) e Auditoria Interna (AUDIT). O gerenciamento do risco de mercado no BANDES possui como ferramenta principal o cálculo e monitoramento diário do VaR (Value at Risk) das exposições, comparando-o com o limite de perda definido pela Diretoria Executiva. São realizados também testes de estresse trimestrais, a fim de estimar possíveis perdas da instituição em condições extremas de mercado.

## NOTA 24 - ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DO RISCO DE CRÉDITO

O BANDES define o Risco de Crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. Compreende ainda a possibilidade de ocorrência de desembolsos para honrar avais, fianças, coobrigações, compromissos de crédito ou outras operações de natureza semelhante, a possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados por parte intermediadora ou conveniente de operações de crédito, bem como o risco de crédito da contraparte, entendido como a possibilidade de não cumprimento, por determinada contraparte, de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros.

A estrutura de gerenciamento do risco de crédito do BANDES é composta pela Diretoria Executiva - DIREX, Gerência de Riscos e Controles Internos - GERCI, Comitê de Crédito - COCRE, Comitê de Controles Internos e Riscos - COCIR, Auditoria Interna - AUDIT e pelas unidades organizacionais responsáveis pela captação, análise, concessão, acompanhamento, liberação, cobrança e negociação de créditos.

O monitoramento é realizado pela Gerência de Riscos e Controles Internos utilizando-se de diversas ferramentas, tais como, relatórios de acompanhamento do risco de crédito da carteira, avaliação periódica do modelo de classificação do risco de crédito das operações, realização de testes de estresse, e avaliação das perdas associadas ao risco de crédito.

## NOTA 25 - ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DO RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como: 1) a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e; 2) a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. A estrutura de gestão do risco de liquidez do BANDES é composta pelo Conselho de Administração - CONAD, pela Diretoria Executiva - DIREX, Gerência de Riscos e Controles Internos - GERCI, Gerência Financeira - GEFIN, Comitê de Gestão de Tesouraria - COGET, Comitê de Controles Internos e Riscos - COCIR e Auditoria Interna - AUDIT. A Gerência de Riscos e Controles Internos elabora projeções de cenários de liquidez com a realização periódica de testes de estresse, monitorando a reserva mínima de liquidez e as aplicações financeiras do BANDES. O Comitê de Gestão de Tesouraria assessora a Diretoria no processo de concepção, formulação e elaboração da Política de Gerenciamento de Risco de Liquidez e também recomenda ações e medidas para o aprimoramento das mesmas.

## NOTA 26 - ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE CAPITAL

No BANDES, o gerenciamento de capital é definido como o processo contínuo de: monitoramento e controle do capital mantido pela instituição; avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita; e planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição. A estrutura de gestão de capital do BANDES é composta pelo Conselho de Administração - CONAD, Diretoria Executiva - DIREX, Gerência de Riscos e Controles Internos - GERCI, Gerência de Controladoria - GECON, Gerência de Desenvolvimento, Planejamento e Inovação (GEDEP) e Comitê de Gestão de Capital - COGEC. A gestão de capital consiste, portanto, no conjunto de processos que visam assegurar que a instituição mantenha uma adequada base de capital, para apoiar o desenvolvimento de suas atividades e fazer face aos riscos assumidos, além de atender aos requerimentos regulatórios de capital. Os instrumentos de gestão de capital do BANDES incluem a identificação e avaliação dos riscos relevantes, o monitoramento do capital, plano de capital, testes de estresse, e relatórios gerenciais sobre a adequação do capital.

Os relatórios de acesso público evidenciando a descrição das estruturas de gerenciamento de riscos estão disponibilizados no endereço eletrônico <http://www.bandes.com.br>.

## NOTA 27 - OUTRAS INFORMAÇÕES

### a) Ativos segurados (não auditados)

Os seguros contratados são suficientes para cobrir prejuízos com eventuais sinistros.

### b) Receita de prestação de serviços

Correspondem, substancialmente, às rendas de análise de projetos de investimento, registro de contratos, fornecimento de atestados, certificados e declarações, entre outras.

### c) Outras receitas operacionais

	R\$ mil	
	2016	2015
Recuperações de encargos e despesas .....	805	335
Reversão de provisões judiciais, prev. privada e PDI .....	2.759	2.303
Atualização monetária equalização juros BNDES/Pronaf .....	2.890	435
Variações monetárias ativas .....	1.252	853
Atualização Selic s/ tributos a compensar .....	128	-
Atualização depósitos judiciais .....	451	272
Outras rendas operacionais .....	988	-
<b>Total</b> .....	<b>9.273</b>	<b>4.198</b>

### d) Outras despesas operacionais

	R\$ mil	
	2016	2015
Provisões para ações cíveis, fiscais e trabalhistas .....	(1.346)	(1.517)
Provisão para indenizações trabalhistas PDI .....	(780)	(27)
Outras despesas operacionais .....	(364)	(174)
Despesas com utilização SISBACEN .....	(44)	(14)
Despesas c/ atualiz. de parcelamento dos tributos .....	(337)	(544)
<b>Total</b> .....	<b>(2.871)</b>	<b>(2.276)</b>





# BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S.A.

Av. Princesa Isabel, 54 - Vitória-ES - CEP 29010.906

CNPJ 28.145.829/0001-00

## e) Resultado não operacional

	2016	2015
Resultado na alienação de valores e bens .....	543	140
Reversão de provisões de outros valores e bens .....	370	214
Reversão de perdas com ações e cotas (1) .....	1.585	-
Outras rendas não operacionais .....	433	748
Desvalorização de outros valores e bens .....	(485)	(513)
Perdas em investimentos por incentivos fiscais .....	(1.585)	-
Perdas em ações e cotas (2) .....	(231)	-
Despesas com bens não de uso .....	(151)	(24)
<b>Total .....</b>	<b>479</b>	<b>565</b>

(1) Reversão de provisão para perdas com desvalorização das cotas de Certificado de Investimento - FUNDES. (Nota 11.2)

(2) Provisão para desvalorização das cotas do Fundo CRIATEC 3 - FIP. (Nota 7)

## f) Limites operacionais (Acordo da Basileia)

Observando-se os requerimentos mínimos estabelecidos na Resolução CMN nº 4.193/13, o BANDES apurou em 31 de dezembro de 2016, os seguintes valores:

Indicador	Percentual apurado %	Mínimo requerido %
Patrimônio de Referência comparado com o RWA* (Índice de Basileia) .....	34,55%	9,8%
Patrimônio de Referência Nível I comparado com o RWA* .....	34,55%	6,0%
Capital Principal comparado com o RWA* .....	34,55%	4,5%

\* RWA = Risk-Weighted Assets (Ativos Ponderados pelo Risco).

## g) Operações com instrumentos financeiros derivativos

O BANDES não realiza operações com instrumentos derivativos.

## h) Pagamento baseado em ações

O Banco não possui benefícios em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11.

## i) Convergência das normas contábeis do Sistema Financeiro Nacional às normas internacionais

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite normas e interpretações contábeis, alinhadas às normas internacionais de contabilidade, que serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Pronunciamentos contábeis aprovados pelo CMN:

CPC	Assunto	Resolução CMN nº
00 (R1)	Pronunciamento Conceitual Básico .....	4.144/2012
01 (R1)	Redução ao Valor Recuperável de Ativos .....	3.566/2008
02 (R2)	Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis .....	4.524/2016
03 (R2)	Demonstração dos Fluxos de Caixa .....	3.604/2008
04 (R1)	Ativo Intangível .....	4.534/2016
05 (R1)	Divulgação sobre Partes Relacionadas .....	3.750/2009
10 (R1)	Pagamento Baseado em Ações .....	3.989/2011
23	Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro .....	4.007/2011
24	Evento Subsequente .....	3.973/2011
25	Provisões, Passivos e Ativos Contingentes .....	3.823/2009
27	Ativo Imobilizado .....	4.535/2016
33 (R1)	Benefícios a Empregados .....	4.425/2015

Com base na Resolução CMN nº 3.786/09 e as Circulares BACEN nº 3.472/09 e 3.516/10, o BANDES esclarece que não possui a obrigatoriedade de elaborar e divulgar demonstrações contábeis no padrão contábil internacional, de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo IASB, uma vez que tal obrigatoriedade abrange somente as instituições financeiras constituídas sob a forma de companhia aberta, ou ainda, que estejam sujeitas à constituição de comitê de auditoria.

O CMN não estimou quando irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, nem se quando recepcionados terão efeitos retroativos, dessa forma não é possível quantificar os impactos contábeis da utilização desses pronunciamentos nas demonstrações contábeis do BANDES.

## DIRETORIA EXECUTIVA

Aroldo Natal Silva Filho  
Diretor-Presidente

Everaldo Colodetti  
Diretor de Crédito e Fomento

Denise de Moura Cadete Gazzinelli Cruz  
Diretora de Administração e Finanças

## CONTADOR

Valdir dos Santos  
CRC/ES 13.555/O-3

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José Eduardo Faria de Azevedo  
Aroldo Natal Silva Filho  
Haroldo Correa Rocha

José Antonio Bof Buffon  
Paulo Ruy Valim Carnelli  
Robson Luiz Avelino Pereira

## CONSELHO FISCAL

Ana Maria Carvalho Lauff  
Dayse Maria Oslegher Lemos  
Gustavo Lisboa Cruz

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos  
Acionistas e administração do  
Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A. - BANDES  
Vitória - ES

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A. - BANDES que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A. - BANDES em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outros assuntos

#### Auditoria dos valores correspondentes a 31 de dezembro de 2015

As demonstrações contábeis para o período findo em 31 de dezembro de 2015, foram auditadas por outros auditores independentes, que em seu relatório datado de 15 de março de 2016, expressou opinião não modificada sobre essas demonstrações.

#### Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, consistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por

fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de março de 2017.

MACIEL AUDITORES S/S  
2CRC RS 5.460/O-0 - S - SP  
ROGER MACIEL DE OLIVEIRA  
1CRC RS - 71.505/O-3 - S - SP  
Sócio Responsável Técnico  
ROSANGELA PEREIRA PEIXOTO  
1CRC RS - 65.932/O-7 - S - SP  
Sócia Responsável Técnica